

ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS NA SETORIZAÇÃO DE ÁREAS DE RISCO ALTO E MUITO ALTO A DESASTRES NATURAIS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Beltrão, B.A.¹; Santos, F.G.¹; Melo, R.C.¹; Dias, G.P.¹; Elldorf, B.¹; Sampaio, M.A.F.¹;

¹Serviço Geológico do Brasil – CPRM – Superintendência Regional de Recife

RESUMO: Como consequência direta dos grandes desastres naturais ocorridos no Brasil no período 2010-2011, o Governo Federal decidiu atuar fortemente na prevenção, estabelecendo uma Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Neste contexto, o Serviço Geológico do Brasil – CPRM, recebeu a missão de executar a Ação Emergencial para Delimitação de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Enchentes e Movimentos de Massa em 821 municípios com registro histórico de desastres naturais, indicados pelo CENAD. No período de novembro de 2011 a dezembro de 2014, foram levantados os dados de 854 municípios, atingindo e superando amplamente as metas estabelecidas pela Casa Civil. Os resultados obtidos alimentaram os bancos de dados do CEMADEN (Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais) e demais órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil e inseriram cada município na rede nacional de monitoramento e prevenção de desastres naturais. Baseada em indicações das defesas civis estaduais e independente de uma meta estabelecida, a CPRM deu continuidade aos levantamentos em 2015, atingindo em agosto a soma de 976 municípios setorizados e, em 2016, já ultrapassou a marca dos 1.100 municípios. A Superintendência Regional de Recife – SUREG-RE, atuou na Setorização em 16 estados brasileiros. Em Pernambuco, foram levantados os dados de 71 municípios, distribuídos na Zona da Mata, Agreste e Sertão do estado e ainda inseridos outros quatro no sistema de monitoramento do CEMADEN, a partir da apropriação dos dados de seus PMRRs (Plano Municipal de Redução de Riscos-MinCid-2007/2008). De acordo com as diretrizes estabelecidas pela CPRM, foram trabalhados prioritariamente os municípios que não possuíam PMRR, o que excluiu inicialmente a capital do estado e alguns municípios da Região Metropolitana do Recife, que possuíam Defesas Civis estruturadas e um conhecimento, ainda que parcial de suas áreas de Alto e Muito Alto Risco. Os resultados obtidos servem de base para o monitoramento e emissão de alertas em caso de ocorrência de anomalias meteorológicas, além de nortear as ações preventivas estruturais e não-estruturais do poder público. Neste trabalho, fazemos uma síntese dos levantamentos realizados, comentando e relacionando de forma quantitativa e qualitativa os dados obtidos.

PALAVRAS-CHAVE: RISCOS GEOLÓGICOS; CPRM; PERNAMBUCO.